

Botafogo Futebol S.A.

Demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 e o relatório dos auditores independentes

Sumário

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeirasErro! Indicador não definido.

Demonstrações financeiras

Balço patrimonial	2
Demonstração do resultado	3
Demonstração do resultado abrangente	4
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	5
Demonstração dos fluxos de caixa	6
Notas explicativas às demonstrações financeiras	7
1 Contexto operacional	7
2 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras.....	8
3 Principais práticas contábeis.....	15
4 Caixa e equivalentes de caixa.....	20
5 Contas a receber e receitas a realizar.....	21
6 Impostos a recuperar	21
7 Direito de uso e obrigações de arrendamentos.....	21
8 Imobilizado	24
9 Intangível.....	26
10 Obrigações trabalhistas e encargos sociais	27
11 Aluguéis a pagar	27
12 Partes relacionadas.....	28
13 Provisão para contingências	29
14 Passivos contingentes.....	29
15 Patrimônio líquido.....	30
16 Receita operacional líquida.....	31
17 Custos com atletas, comissão técnica e jogos.....	32
18 Pessoal e encargos sociais.....	32
19 Gerais e administrativas.....	33
20 Outras receitas (despesas) operacionais.....	33
21 Resultado financeiro.....	34
22 Instrumentos financeiros	34
23 Evento subsequente.....	36

Botafogo Futebol S.A.

Balço patrimonial

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Em milhares de reais

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u> (reapresentado)	<u>01/01/2019</u> (reapresentado)		<u>Nota</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u> (reapresentado)	<u>01/01/2019</u> (reapresentado)
Ativo					Passivo				
Circulante					Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	4	125	226	198	Fornecedores		507	210	331
Contas a receber	5	120	835	295	Obrigações com arrendamento	7	1.406	1.399	1.389
Adiantamento a fornecedores		7	6	189	Obrigações trabalhistas e encargos sociais	10	1.842	1.755	620
Impostos a recuperar	6	378	6	24	Obrigações tributárias		78	19	42
Outros créditos		45	77	76	Receitas a realizar	5	-	835	295
Total do ativo circulante		675	1.150	782	Aluguéis a pagar	11	1.303	479	-
Não circulante					Outras obrigações		58	58	-
Realizável a longo prazo					Total do passivo circulante		5.194	4.755	2.677
Outros créditos		93	93	85	Não circulante				
Bloqueios judiciais	13	505	1.857	-	Obrigações com arrendamento	7	21.604	19.604	17.082
Direito de uso	7	21.670	20.387	18.471	Partes relacionadas	12	22.718	15.468	477
Imobilizado	8	12.460	7.968	416	Provisão para contingências	13	549	-	-
Intangível	9	13.711	12.062	12.000	Outras obrigações		472	-	-
Total do ativo não circulante		48.439	42.367	30.972	Total do passivo não circulante		45.343	35.072	17.559
Total do ativo		49.114	43.517	31.754	Patrimônio líquido				
					Capital social	15	20.000	20.000	15.097
					Prejuízos acumulados		(21.423)	(16.310)	(3.579)
					Total do patrimônio líquido		(1.423)	3.690	11.518
					Total do passivo e patrimônio líquido		49.114	43.517	31.754

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Botafogo Futebol S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
Em milhares de reais

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
			(reapresentado)
Receita operacional líquida	16	15.140	14.159
Custos com atletas, comissão técnica e jogos	17	(16.704)	(19.405)
Resultado bruto		(1.564)	(5.246)
Despesas operacionais			
Pessoal e encargos sociais	18	(843)	(1.469)
Gerais e administrativas	19	(2.676)	(5.299)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	20	1.380	671
		(2.139)	(6.097)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		(3.703)	(11.343)
Resultado financeiro líquido	21	(1.410)	(1.388)
Prejuízo do exercício		(5.113)	(12.731)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Botafogo Futebol S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Em milhares de reais

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Prejuízo do exercício	<u>(5.113)</u>	<u>(12.731)</u>
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	<u><u>(5.113)</u></u>	<u><u>(12.731)</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Botafogo Futebol S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Em milhares de reais

	Capital social			Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Capital social a integralizar	Total		
Saldos em 1ª de janeiro de 2019 apresentado	20.000	(4.903)	15.097	(3.472)	11.625
Ajustes no saldo inicial	-	-	-	(107)	(107)
Saldos em 1ª de janeiro de 2019 (reapresentado)	20.000	(4.903)	15.097	(3.579)	11.518
Integralização de capital	-	4.903	4.903	-	4.903
Prejuízo do exercício	-	-	-	(12.731)	(12.731)
Saldos em 31 de dezembro de 2019 (reapresentado)	20.000	-	20.000	(16.310)	3.690
Prejuízo do exercício	-	-	-	(5.113)	(5.113)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	20.000	-	20.000	(21.423)	(1.423)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Botafogo Futebol S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
Em milhares de reais

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u> (reapresentado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício e do período	(5.113)	(12.731)
Ajustes:		
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	61	-
Amortização do direito de uso	724	616
Ajuste a valor presente do direito de uso	1.440	1.440
Depreciações e amortizações	572	314
Valor residual das baixas do imobilizado e do intangível	474	165
Juros incorridos sobre o conta corrente com partes relacionadas	(92)	92
Provisão para contingências	549	-
Redução (aumento) nos ativos:		
Contas a receber	654	(540)
Adiantamento a fornecedores	(1)	183
Impostos a recuperar	(372)	18
Outros créditos	32	(9)
Bloqueios judiciais	1.352	(1.857)
Aumento nos passivos:		
Fornecedores	297	(121)
Obrigações trabalhistas e encargos sociais	87	1.135
Obrigações tributárias	59	(23)
Receitas a realizar	(835)	540
Aluguéis a pagar	824	479
Outras obrigações	472	58
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	<u>1.184</u>	<u>(10.241)</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições do imobilizado	(5.024)	(7.993)
Aquisições do intangível	(2.163)	(100)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	<u>(7.187)</u>	<u>(8.093)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Pagamento de obrigações com arrendamento	(1.440)	(1.440)
Partes relacionadas	7.342	14.899
Integralização de capital social	-	4.903
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	<u>5.902</u>	<u>18.362</u>
(Redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa	<u>(101)</u>	<u>28</u>
Varição do caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	125	226
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	226	198
(Redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa	<u>(101)</u>	<u>28</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Botafogo Futebol S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Valores em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma

1 Contexto operacional

O Botafogo Futebol S.A. ("Companhia"), sociedade por ações de capital fechado, tem sua sede na cidade de Ribeirão Preto, estado de São Paulo à Praça Francisco Oranges, S/N, bairro Ribeirânia, fundada em 4 de junho de 2019, com o objeto social de gestão de atividades desportivas e realização de eventos culturais e desportivos.

É composta pelos acionistas **Botafogo Futebol Clube ("BFC")**, clube centenário e tradicional da cidade de Ribeirão Preto, fundado em 12 de outubro 1918, detentor de 60% (sessenta por cento) das ações da Companhia, e pela empresa **Trex Sports Participações Ltda ("Trex")**, detentora de 40% (quarenta por cento) das ações.

A administração da Companhia é composta por:

- (i) **Conselho de Administração** – Formado por um total de 7 (sete) conselheiros com mandato de 3 (três) anos, sendo 3 (três) membros indicados pelo BFC, 2 (dois) membros indicados pela Trex e 2 (dois) membros independentes, onde cada acionista têm o direito de indicar 1 (um) membro que deve ser aceito pela outra parte;
- (ii) **Diretoria Executiva** - Indicada pelo Conselho de Administração composta por 1 (um) diretor presidente e 3 (três) diretores sendo eles diretor de futebol, diretor administrativo financeiro e diretor de marketing.

Considerações acerca da Pandemia COVID-19

Ao final de 2019 o mundo se deparou com uma Pandemia relacionada ao COVID-19, em meados de março, diante do aumento na quantidade de casos medidas restritivas foram necessárias para diminuição da circulação de pessoas. Logo mais em 20 de março de 2020 o Governo do Estado de São Paulo decretou estado de calamidade pública, seguindo a mesma diretriz a Prefeitura de Ribeirão Preto que publicou o decreto no dia 23 de março de 2020.

Atuamos de forma tempestiva adotando os protocolos relacionados a nossa atividade e assegurando um rigoroso controle nas dependências do clube, o que elevou as despesas mensais. Houve redução significativa nas receitas com a paralização de eventos e shows que estavam programados para Arena, redução da receita dos sócios torcedores, e ausência de receita de bilheteria em razão da proibição de acesso do público aos jogos, para equilibrar a relação receita e despesa a Companhia reduziu quadro de funcionários, reduziu a carga horária dos funcionários com conseqüente redução salarial, reduziu salário de atletas e comissão técnica, inclusive com a suspensão parcial do pagamento de direito de imagem, e renegociou pagamento com fornecedores e parceiros.

Ainda não estão suficientemente claros os efeitos na economia mundial e, em particular no Brasil, por quanto tempo estes efeitos irão perdurar e os impactos diretos e indiretos. O mundo atravessa uma grave crise devido a rápida disseminação da COVID-19, onde as consequências sociais e econômicas já sensibilizam o cotidiano da sociedade, empresas e Estado.

A Direção da Companhia tem trabalhado em seu orçamento e planejamento para equiparação de suas receitas e despesas, é de conhecimento público que o ano de 2020 foi marcado por uma pandemia e empresas de todo o território nacional e mundial atravessam momentos de incertezas financeiras. Ciente dos problemas causados pela pandemia a Companhia adotou medidas de contingenciamento financeiro, como redução de quadro funcional, redução de salários, redução de custos, entre outros, e tem empenhado esforços na busca de parceiros para aumento de suas receitas.

Os executivos, membros dos comitês, e do Conselho de Administração mantém constante análise orçamentária e de planejamento estratégico para gestão e continuidade das atividades do clube.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

a Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e as disposições contidas na legislação societária brasileira, previstas na Lei nº 6.404/76 e suas alterações.

Por se tratar de uma entidade desportiva, adota a Interpretação Técnica Geral - ITG 2003 (R1) – Entidade desportiva, emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As principais alterações dessa interpretação são: (i) eliminação de todos os valores de direitos de imagem previstos contratualmente, reconhecidos originalmente no ativo intangível e nos passivos circulante e não circulante; (ii) os gastos com candidato a atleta devem ser reconhecidos no resultado, enquanto não apresentar as condições para o reconhecimento como ativo intangível; (iii) os valores registrados no ativo intangível como custos de formação de atletas devem ser reclassificados para a conta de atletas formados, no mesmo grupo de ativo intangível, quando o atleta alcançar a formação pretendida pela administração; (iv) as receitas de bilheteria, direito de transmissão e de imagem, patrocínio, publicidade, luva e outras assemelhadas devem ser registradas em contas específicas de acordo com o princípio da competência; e (v) os recursos recebidos a títulos de luvas, prêmios e outra denominação congênere, mesmo que seja sem qualquer obrigação de performance explícita, relacionados com os contratos de cessão onerosa de direitos de transmissão e exibição de jogos, devem ser reconhecidos como receitas de acordo com o regime de competência, ou seja, quando todas as obrigações de performance forem integralmente satisfeitas ao longo do tempo, conforme previsto no CPC 47 – Receita de contrato com cliente.

Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia apresenta passivo circulante maior que o ativo circulante em R\$ 4.519 mil (R\$ 3.605 mil em 2019 (reapresentado)) e patrimônio líquido negativo em R\$ 1.423 mil. A Administração da Companhia está desenvolvendo um plano de ações dentro de suas operações normais para o equilíbrio e fortalecimento da situação patrimonial e financeira. Com isso, avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da Companhia, cuja autorização para sua conclusão foi dada em 5 de março de 2021.

b Mensuração de valor

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma em nota explicativa.

c Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais. O real é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

d Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a administração da Companhia faça julgamentos e estimativas que afetam a aplicação de práticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. A Administração da Companhia revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas pela Administração da Companhia e que possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras estão incluídas nas respectivas notas explicativas:

- Nota nº 5 - risco de crédito para determinação das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa;
- Nota nº 7 - direito de uso e operações de arrendamentos
- Notas nº 8 e 9 - estimativa de vida útil e avaliação do valor recuperável para o ativo imobilizado e intangível;
- Nota nº 9 – viabilidade técnica dos atletas em formação;
- Notas nº 13 – provisão para contingências;
- Nota nº 22 – instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos.

e Reapresentação das demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2019 e saldo inicial em 1º de janeiro de 2019

Decorrente do contrato de direito de uso da superfície firmado no exercício de 2018 com o Botafogo Futebol Clube (“BFC”) a Administração da Companhia optou pela adoção ao CPC 06 (R2) / IFRS 16 no exercício de 2020 após todos os processos de obtenção de licenças, funcionamentos e alvarás liberados. Os valores correspondentes aos balanços patrimoniais, demonstrações do resultado, demonstrações do resultado abrangente, demonstrações das mutações dos patrimônio líquido e demonstrações dos fluxos de caixas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e saldo inicial em 1º de janeiro de 2019, estão sendo reapresentados em conformidade com o CPC 23 - Políticas contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, em função dos ajustes apresentados a seguir: A reapresentação está substancialmente composta por essa adoção.

e.1 Aspectos gerais

O CPC 06 (R2) – Arrendamentos, introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estavam disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor.

O CPC 06 (R2) – Arrendamentos, substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 – Operações de arrendamento mercantil e o ICPC – 03 Aspectos complementares das operações de arrendamento mercantil e é efetiva, no caso da Companhia em 1º de janeiro de 2019.

Com relação a referida norma contábil, o impacto mais significativo identificado foi que a Companhia reconheceu seus direitos e suas obrigações provenientes da Escritura Pública de Direito de Uso de Superfície, tendo como consequência, as novas rubricas de ativo e passivo, anteriormente reconhecidos como despesa operacional, relacionado à remuneração paga ao “BFC”.

Segundo CPC 06 – (R2) – Arrendamentos, arrendamento mercantil (ou leasing) “é o contrato, ou parte de um contrato, que transfere o direito de controlar o uso de ativo identificado, por um período de tempo em troca de contraprestação”. Os contratos mencionados anteriormente, possuem a transferência do direito de controlar a superfície da Arena em troca de uma contraprestação mensal. Portanto, os contratos acima mencionados possuem características de arredamento devem seguir seus procedimentos contábeis.

Além disso, a natureza das despesas relacionada a esse arrendamento foi alterada, pois o CPC 06 (R2) – Arrendamentos, substituiu a despesa linear de arrendamento operacional por despesas de depreciação do direito de uso e juros sobre os passivos de arrendamento.

e.2 Política contábil

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso de superfície e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso de superfície é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado pela taxa dos respectivos contratos.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos que não foram pagos na data de transição, descontados usando uma taxa de empréstimo incremental. A Companhia utilizou como taxa incremental a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP).

A Companhia remensura o passivo de arrendamento se houver uma alteração no prazo do arrendamento ou se houver alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração no índice ou na taxa utilizada para determinar esses pagamentos, reconhecendo o valor da remensuração do passivo de arrendamento como ajuste ao ativo de direito de uso.

Apesar do prazo indeterminado previsto na escritura pública, a administração da companhia adotou o prazo de 30 (trinta) anos apenas para mensuração deste passivo.

e.3 Aplicação do CPC 06 (R2) / IFRS 16

Os quadros abaixo resumizam os impactos da aplicação do CPC 06 (R2) nas demonstrações financeiras:

a Balanços patrimoniais

	31/12/2019			01/01/2019		
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Ativo						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	226	-	226	198	-	198
Contas a receber	835	-	835	295	-	295
Adiantamento a fornecedores	6	-	6	189	-	189
Impostos a recuperar	6	-	6	24	-	24
Outros créditos	77	-	77	76	-	76
Total do ativo circulante	1.150	-	1.150	782	-	782
Não circulante						
Realizável a longo prazo						
Outros créditos	93	-	93	85	-	85
Bloqueios judiciais	1.857	-	1.857	-	-	-
Direito de uso	-	20.387	20.387	-	18.471	18.471
Imobilizado	7.968	-	7.968	416	-	416
Intangível	12.062	-	12.062	12.000	-	12.000
Total do ativo não circulante	21.980	20.387	42.367	12.501	18.471	30.972
Total do ativo	23.130	20.387	43.517	13.283	18.471	31.754

	31/12/2019			01/01/2019		
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Passivo						
Circulante						
Fornecedores	210	-	210	331	-	331
Obrigações com arrendamento	-	1.399	1.399	-	1.389	1.389
Obrigações trabalhistas e encargos sociais	1.755	-	1.755	620	-	620
Obrigações tributárias	19	-	19	42	-	42
Receitas a realizar	835	-	835	295	-	295
Aluguéis a pagar	479	-	479	-	-	-
Outras obrigações	58	-	58	-	-	-
Total do passivo circulante	3.356	1.399	4.755	1.288	1.389	2.677
Não circulante						
Obrigações com arrendamento	-	19.604	19.604	-	17.082	17.082
Partes relacionadas	15.361	107	15.468	370	-	370
Total do passivo não circulante	15.361	19.711	35.072	370	17.082	17.452
Patrimônio líquido						
Capital social	20.000	-	20.000	15.097	-	15.097
Prejuízos acumulados	(15.587)	(723)	(16.310)	(3.472)	-	(3.472)
Total do patrimônio líquido	4.413	(723)	3.690	11.625	-	11.625
Total do passivo e patrimônio líquido	23.130	20.387	43.517	13.283	18.471	31.754

b. Demonstração do resultado

	31/12/2019		
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Receita operacional líquida	14.159	-	14.159
Custos com atletas, comissão técnica e jogos	(19.405)	-	(19.405)
Resultado bruto	(5.246)	-	(5.246)
Despesas operacionais			
Pessoal e encargos sociais	(1.469)	-	(1.469)
Gerais e administrativas	(5.676)	651	(5.025)
Depreciação	(274)	-	(274)
Outras receitas (despesas) operacionais	671	-	671
	(6.748)	651	(6.097)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	(11.994)	651	(11.343)
Resultado financeiro	(121)	(1.267)	(1.388)
Prejuízo do exercício	(12.115)	(616)	(12.731)

c. Demonstração do fluxo de caixa

	31/12/2019		
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo do exercício	(12.115)	(616)	(12.731)
Ajustes:			
Amortização do direito de uso	-	616	616
Ajuste a valor presente do direito de uso	-	1.440	1.440
Depreciações e amortizações	314	-	314
Valor residual das baixas do imobilizado e do intangível	165	-	165
Juros incorridos sobre o conta corrente com partes relacionadas	92	-	92
(Aumento) nos ativos:			
Contas a receber	(540)	-	(540)
Adiantamento a fornecedores	183	-	183
Impostos a recuperar	18	-	18
Outros créditos	(9)	-	(9)
Depósitos judiciais	(1.857)	-	(1.857)
Aumento nos passivos:			
Fornecedores	(121)	-	(121)
Obrigações trabalhistas e encargos sociais	1.135	-	1.135
Obrigações tributárias	(23)	-	(23)
Receitas a realizar	540	-	540
Aluguéis a pagar	479	-	479
Outras obrigações	58	-	58
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(11.681)	1.440	(10.241)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aquisições do imobilizado	(7.993)	-	(7.993)
Aquisições do intangível	(100)	-	(100)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(8.093)	-	(8.093)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Pagamento de obrigações com arrendamento	-	(1.440)	(1.440)
Partes relacionadas	14.899	-	14.899
Integralização de capital social	4.903	-	4.903
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	19.802	(1.440)	18.362
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	28	-	28
Variação do caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	226	-	226
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	198	-	198
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	28	-	28

3 Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia nessas demonstrações financeiras estão descritas abaixo:

a Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros ativos são classificados por três categorias: (i) mensurados ao custo amortizado, (ii) mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes, e (iii) mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A classificação depende do modelo de negócio da Companhia para a gestão dos ativos, quanto as características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. As novas políticas contábeis estão descritas a seguir:

(i) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado – são reconhecidos ao custo amortizado os ativos financeiros mantidos em um modelo de negócio cujo objetivo seja mantê-los para receber fluxos de caixa contratuais e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos

de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

(ii) Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes - são aqueles mantidos dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

(iii) Mensurados pelo valor justo por meio do resultado – são classificados nessa modalidade os ativos financeiros que não se enquadram na classificação de custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. São gerenciados com o objetivo de obter fluxo de caixa pela venda de ativos.

A Companhia reconhece passivos financeiros classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

b Caixas e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do balanço patrimonial e são de liquidez imediata. Para que um investimento financeiro seja qualificado como equivalente de caixa, precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento original de curto prazo, de três meses ou menos da data da aquisição.

c Contas a receber e receitas a realizar

As contas a receber são registradas pelo valor nominal. As perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa são constituídas, quando necessária, com base na análise do contas a receber e em montante considerados suficiente pela administração da Companhia para cobrir prováveis perdas na sua realização. São classificados como ativo circulante em contrapartida às receitas a realizar no passivo circulante quando contratados.

As receitas a realizar são registradas a valores nominais originados dos contratos firmados com terceiros e serão apropriadas ao resultado de acordo com o prazo de vigência dos respectivos contratos, ou seja, na sua competência.

d Direito de uso e passivo de operações de arrendamentos

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

d.1 Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento mensurados inicialmente pelo valor presente dos pagamentos futuros de arrendamento reconhecidos à taxa de desconto na data de início do arrendamento. Os ativos de direito de uso são amortizados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável.

d.2 Passivo de operações de arrendamentos

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de operações de arrendamentos mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a taxa incremental na data do início do arrendamento. A Companhia utilizou como taxa incremental a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP). Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento).

e Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e, quando aplicável, perdas de redução ao valor recuperável acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado, apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado são reconhecidos em outras receitas (despesas) no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

(iii) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do período baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

f Intangível

São bens incorpóreos, separáveis ou resultantes de direitos contratuais ou de outros direitos legais. O custo de ativos intangíveis adquiridos em transferência de direitos sobre atletas corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, se aplicável.

Os direitos econômicos sobre atletas contratados são realizados no resultado de acordo com o prazo de vigência dos respectivos contratos, ou seja, na sua competência.

Os gastos com atletas em formação são reconhecidos no ativo intangível a partir do momento que o atleta apresentar viabilidade técnica de se tornar um atleta profissional. Os gastos com a formação do atleta são todos os gastos que estão diretamente relacionados com a sua formação como, alojamento, alimentação, transporte, educação, vestuário, assistência médica, comissão técnica, entre outros. Anualmente é realizada uma avaliação dos atletas da base para avaliar a viabilidade técnica e definir quais são os atletas aptos a continuarem no processo de formação profissional, os que não apresentarem bom desempenho são dispensados e baixados contra o resultado do exercício.

g Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios. Inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da nota fiscal, fatura ou contrato correspondente.

h Provisões

As provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente, legal ou não formalizada como resultado de eventos passados quando é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação, e quando o valor possa ser estimado com segurança. As provisões para riscos e contingências quando constituídas são registradas por valores atualizados, com base nas estimativas de perdas estabelecidas pelos assessores jurídicos da Companhia.

i Partes relacionadas

As operações de mútuo financeiro entre as partes relacionadas são registradas pelos seus valores originais não tendo acréscimo de atualização monetária, em atendimento ao acordado entre elas.

j Demais ativos, passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo no futuro.

Estão demonstrados por seus valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos, encargos e atualizações monetárias incorridas até a data do balanço e, no caso dos ativos, retificados por provisão para perdas quando necessário.

k Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes e os circulantes quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados ao valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando-se em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência.

Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa.

As taxas de juros implícitas, quando aplicadas, são determinadas com base em premissas razoavelmente fundamentadas e são consideradas estimativas contábeis.

l Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes:

Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa.

Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados.

m Segregação entre circulante e não circulante

As operações ativas e passivas com vencimentos inferiores até o encerramento do próximo exercício social estão registradas no circulante e as com prazos superiores no não circulante.

n Demonstração dos fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada pelo método indireto.

o Reconhecimento de receitas

As receitas são apresentadas em contas específicas no resultado. As receitas são reconhecidas quando for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia e quando pode ser mensurada de forma confiável. São reconhecidas quando todas as obrigações de desempenho forem cumpridas, em conformidade com o CPC 47 – Receitas de contratos com clientes. As etapas para reconhecimento de receita são: (i) Identificação do contrato com o cliente; (ii) Identificação das obrigações de desempenho; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação; e, (v) reconhecimento da receita.

Após o cumprimento de todas as obrigações de desempenho as receitas são reconhecidas.

De acordo com os aspectos mencionados acima, as receitas são registradas pelo valor de transação que representa a expectativa que a Companhia tem de receber em contrapartida às cessões de direitos e das negociações realizadas junto a terceiros.

A receita financeira é reconhecida com base no método da taxa de juros efetiva. As demais receitas são sempre reconhecidas pelo regime de competência.

Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa de sua realização.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Caixa	2	3
Bancos conta movimento	-	50
Aplicações financeiras	123	173
	<u>125</u>	<u>226</u>

O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo da Companhia.

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras referem-se, substancialmente, a aplicações automáticas e estão aplicadas em instituições financeiras de primeira linha.

5 Contas a receber e receitas a realizar

	<u>2020</u>		<u>2019</u>	
	<u>Contas a receber</u>	<u>Contas a receber</u>	<u>Receitas a realizar</u>	<u>Total</u>
Direito de transmissão e imagem	120	-	-	-
Patrocínios (i)	61	835	(835)	-
	181	835	(835)	-
(-) Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (ii)	(61)	-	-	-
	120	835	(835)	-

- (i) O saldo do contas a receber corresponde aos valores contratuais a receber de patrocínios previstos até o término dos contratos. Os contratos de patrocínios são registrados em contas a receber e em contrapartida em receitas a realizar. Os valores registrados no contas a receber serão amortizados de acordo com o recebimento das parcelas e os correspondentes valores mantidos nas receitas a realizar são reconhecidos como receita conforme regime de competência;
- (ii) As perdas com créditos esperadas foram calculadas com base na análise de riscos dos créditos, que contempla a situação individual dos contratos de patrocínios. A provisão elaborada pela Administração da Companhia é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas de contas a receber.

A Companhia avaliou o ajuste a valor presente do contas a receber na data do balanço, e concluiu que não geram efeitos materiais nas demonstrações financeiras.

6 Impostos a recuperar

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
IRPJ	234	-
CSLL	123	-
PIS	4	1
COFINS	17	5
	378	6

7 Direito de uso e obrigações de arrendamentos

a Direto de uso de superfície

Em 2020, a Companhia adotou o CPC 06 (R2) – Arrendamentos, reapresentado as demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2019, conforme nota explicativa 2(e). Nessa rubrica estão registrados os valores que correspondem ao contrato vigente de direito de uso de superfície, o montante equivale ao valor presente da obrigação assumidas junto à contraparte. A Companhia utilizou como taxa incremental a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP). A Administração da Companhia definiu o prazo de 30 (trinta) anos para amortização, tendo por base a equiparação do prazo legal de extinção de uma hipoteca, assim como prazos amplamente utilizados em contratos de natureza imobiliária.

a.1 Composição do saldo

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>01/01/2019</u>
		(reapresentado)	(reapresentado)
Custo total	23.010	21.003	18.471
Amortização acumulada	(1.340)	(616)	-
Valor residual	<u>21.670</u>	<u>20.387</u>	<u>18.471</u>

a.2 Movimentação do saldo

	<u>Direito de uso</u>
Adoção inicial em 1º de janeiro de 2019	18.471
Amortização	(616)
Remensurações	2.532
Saldo final em 31 de dezembro de 2019	<u>20.387</u>
Amortização	(724)
Remensurações	2.007
Saldo final em 31 de dezembro de 2020	<u>21.670</u>
Vida útil (anos)	<u>30</u>

b Passivos de operações de arrendamentos

b.1 Composição do saldo

	31/12/2020		31/12/2019		01/01/2019	
	Circulante	Não circulante	Circulante	(reapresentado) Não circulante	Circulante	(reapresentado) Não circulante
Compromissos de arrendamentos operacionais	2.423	37.897	2.532	39.228	2.632	40.568
Ajuste a valor presente dos arrendamentos operacionais	(1.017)	(16.293)	(1.133)	(19.624)	(1.243)	(23.486)
Obrigações com arrendamento	1.406	21.604	1.399	19.604	1.389	17.082

Os saldos estimados de arrendamento a pagar no longo prazo tem a seguinte composição de vencimento:

Vencimento	Valor
2022	1.440
2023	1.440
2024	1.440
2025	1.440
A partir de 2026	32.137
	37.897

b.2 Movimentação do saldo

	Compromissos de arrendamentos operacionais	Ajuste a valor presente dos arrendamentos operacionais	Passivo de arrendamento operacional
Adoção inicial em 1º de janeiro de 2019	43.200	(24.729)	18.471
Pagamentos	(1.440)	-	(1.440)
Apropriação de encargos financeiros	-	1.267	1.267
Remensurações	-	2.705	2.705
Saldo em 31 de dezembro de 2019	41.760	(20.757)	21.003
Pagamentos	(1.440)	-	(1.440)
Apropriação de encargos financeiros	-	1.440	1.440
Remensurações	-	2.007	2.007
Saldo em 31 de dezembro de 2020	40.320	(17.310)	23.010

8 Imobilizado

a Composição do saldo

	Taxa anual de depreciação	Custo histórico	Depreciação acumulada	2020 Líquido	2019 Líquido
Benfeitorias em imóveis de terceiros	De 3,34 a 4%	12.758	(718)	12.040	7.502
Computadores	20%	44	(13)	31	33
Móveis e utensílios	10%	64	(9)	55	62
Máquinas e equipamentos	10%	402	(68)	334	371
		13.268	(808)	12.460	7.968

Investimento para construção da Arena Eurobike (benfeitorias em imóveis de terceiros)

As benfeitorias em imóveis de terceiros referem-se substancialmente à Arena Eurobike inaugurada em 29 de junho 2020. Possui 32 (trinta e duas suítes corporativas) com 36 (trinta e seis) lugares cada, dois restaurantes temáticos, dois *lounges* e um espaço para entretenimento infantil. O local será utilizado para promoção de eventos e proporcionará aumento de receitas para a Companhia.

Em 24 de outubro de 2019 por determinação judicial o uso da arena foi suspenso até que a Companhia obtivesse todas as liberações legais (Alvará de Bombeiros, Alvará de Segurança da PM-SP, Alvará da Prefeitura Municipal, e Alvará da Vigilância Sanitária). O processo de obtenção das licenças de funcionamento foi concluído em março de 2020, com a obtenção do Alvará do Corpo de Bombeiros.

Após a conclusão de todos os requisitos necessários para liberação da arena, a Sociedade entende como necessária a ativação do direito de superfície, assim o registro do total de investimentos realizados na obra conforme previstos em escritura pública de constituição de direito real de superfície firmado em 18 de dezembro de 2018, com custo estimado à época de R\$ 10.000 mil.

Em complemento à escritura pública, as partes firmaram o Acordo de Investimento, no qual empresa Trexx Holding Empreendimentos e Participações Ltda. e/ou suas controladas ou coligadas investiria o montante de R\$ 5.000 mil para a reforma da Arena Multi-Usos, recebendo em contrapartida a cessão de parte da superfície da Companhia.

Diante das recentes alterações de procedimentos contábeis, particularidades dos contratos e ausência de casos semelhantes, a Administração da Companhia, buscou orientações técnicas sobre os procedimentos financeiros e contábeis através de consultoria terceirizada.

A Administração optou pelo registro do investimento efetuado pela Trexx no montante de R\$ 5.000 mil na rubrica de benfeitorias em imóveis de terceiros em contrapartida de um passivo com a parte relacionada, vide nota explicativa nº 12 (vii). O investimento será depreciado em 30 anos.

Os investimentos realizados na Arena superaram as previsões orçamentárias devido exigências feitas pelos Poderes Públicos, especialmente da Municipalidade e do Corpo de Bombeiros, como por exemplo a instalação de *sprinklers* em toda área, caixa d'água e cabine de alta tensão, construção de rotatória para desembarque de taxis e motoristas por aplicativos e do bicicletário, como também as obras necessárias em virtude do terreno locado da Konx Participações Ltda. para a implantação de *boulevard* e do estacionamento. Com relação ao aporte de capital necessário para cumprir tais exigências e absorver à majoração do custo da obra, a sócia investidora Trexx assumiu o custo adicional no montante de R\$ 2.397 mil e deverá ser ressarcida com receitas extras que a ampliação da obra irá gerar (receitas do estacionamento e do *boulevard*). Vide nota explicativa nº 12 (ii).

A Administração da Companhia procedeu o teste de recuperabilidade dos bens do ativo imobilizado (impairment) para atendimento às novas normas contábeis de redução ao valor recuperável e não foi identificada a necessidade de registro de provisão para ajuste dos bens aos seus valores recuperáveis.

b Movimentação do custo

	<u>01/01/2019</u>	<u>Aquisição</u>	<u>Baixas</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>Aquisição</u>	<u>31/12/2020</u>
Benfeitorias em imóveis de terceiros	375	7.533	(165)	7.743	5.015	12.758
Computadores	10	28	-	38	6	44
Móveis e utensílios	2	62	-	64	-	64
Máquinas e equipamentos	29	370	-	399	3	402
	<u>416</u>	<u>7.993</u>	<u>(165)</u>	<u>8.244</u>	<u>5.024</u>	<u>13.268</u>

c Movimentação da depreciação acumulada

	<u>Adição</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>Adição</u>	<u>31/12/2020</u>
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(241)	(241)	(477)	(718)
Computadores	(5)	(5)	(8)	(13)
Móveis e utensílios	(2)	(2)	(7)	(9)
Máquinas e equipamentos	(28)	(28)	(40)	(68)
	<u>(276)</u>	<u>(276)</u>	<u>(532)</u>	<u>(808)</u>

9 Intangível

a Composição do saldo

	2020		2019	
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Marca	6.970	-	6.970	6.970
Direito de competição	5.030	-	5.030	5.030
Atletas em formação	1.694	-	1.694	-
Atletas contratados	53	(40)	13	62
Software	4	-	4	-
	13.751	(40)	13.711	12.062

Em maio de 2018, o BFC em comum acordo com a Trexx, contratou peritos independentes com o objetivo de avaliar a marca e os direitos de competições do Clube. Com base nessa avaliação, o BFC integralizou sua parte no capital social da Companhia (vide nota explicativa nº15).

Em abril de 2019, a Companhia contratou o atleta Murilo Henrique Pereira Rocha e os seus direitos econômicos que montam R\$ 100 mil. Esses direitos têm prazo de amortização de 21 parcelas sendo que, 8 dessas incorreram no exercício de 2019 e em fevereiro de 2020 ocorreu a baixa do atleta. Em 2020, a Companhia contratou os atletas Matheus Alessandro, Matheus da Cunha Gomes e Claudinei de Oliveira e seus direitos econômicos que montam R\$ 25 mil, R\$ 15 mil e R\$ 426 mil, respectivamente. Esses direitos serão amortizados mediante prazo do contrato definido com atleta. Em dezembro de 2020 os atletas Matheus Alessandro e Claudinei de Oliveira foram dispensados e com isso ocorreu a baixa dos valores líquidos no intangível.

Em 2020, a Administração da Companhia optou pelo reconhecimento do custo dos atletas em formação. Os custos compõem as seguintes categorias:

Descrição	2020
Sub-15	481
Sub-17	1.032
Sub-20	181
	1.694

A Administração da Companhia procedeu o teste de recuperabilidade desses ativos (*impairment*) para atendimento às normas contábeis de redução ao valor recuperável e não foi identificada no momento, a necessidade de registro de provisão para ajuste dos bens aos seus valores recuperáveis.

b Movimentação do custo e amortização acumulada

	Aquisição/ Subscrição	31/12/2019	Aquisição	Baixas	31/12/2020
Custo					
Marca	6.970	6.970	-	-	6.970
Direito de competição	5.030	5.030	-	-	5.030
Atletas em formação	-	-	1.694	-	1.694
Atletas contratados	100	100	465	(512)	53
Software	-	-	4	-	4
	12.100	12.100	2.163	(512)	13.751
Amortização					
Atletas contratados	(38)	(38)	(40)	38	(40)
	(38)	(38)	(40)	38	(40)
Líquido	12.062	12.062	2.123	(474)	13.711

10 Obrigações trabalhistas e encargos sociais

	2020	2019
Salários a pagar	469	221
Férias a pagar	535	487
Encargos sociais a pagar	452	434
Rescisões a pagar	352	605
Outras obrigações trabalhistas	34	8
	1.842	1.755

11 Aluguéis a pagar

	2020	2019
Botafogo Futebol Clube (i)	1.211	440
Outros	92	39
	1.303	479

(i) Refere-se à obrigação pelo direito de uso de solo do estádio Santa Cruz, o qual teve seu pagamento mensal retido por solicitação do sócio "BFC", conforme mencionado na nota explicativa nº 12.

12 Partes relacionadas

	31/12/2020		31/12/2019		01/01/2019	
	Passivo	Resultado	Passivo	(reapresentado) Resultado	Passivo	(reapresentado) Resultado
Conta corrente a pagar - Trexx Sports Participações Ltda. (i)	15.195	-	12.752	-	-	-
Obrigações por direito de uso de superfície - Trexx Sports Participações Ltda. (vii)	4.833	-	-	-	-	-
Investimento a pagar - Trexx Sports Participações Ltda. (ii)	2.397	-	2.397	-	-	-
Conta corrente a pagar - Botafogo Futebol Clube (iii)	293	-	319	-	477	-
Custos relacionados ao departamento de futebol (iii)	-	-	-	-	-	(2.076)
Amortização do direito de uso (iv)	-	(724)	-	(616)	-	(120)
Apropriação e remensuração dos encargos financeiros sobre o direito de uso (iv)	-	(1.440)	-	(1.267)	-	-
Repasse de arrecadação de jogos (v)	-	(117)	-	(789)	-	-
Juros incorridos sobre o conta corrente (vi)	-	92	-	(92)	-	-
	22.718	(2.189)	15.468	(2.764)	477	(2.196)

- (i) Referem-se a mútuos financeiros com o acionista Trexx Sports Participações Ltda. em função da necessidade de caixa para o desenvolvimento das atividades da Companhia. As transações financeiras são formalizadas através de contratos de mútuo com prazos de vencimentos a partir de 2022.
- (ii) Os valores referem-se ao acordo de investimento entre a Companhia e a sua parte relacionada Trexx Holding Empreendimentos e Participações Ltda. para a construção da Arena Eurobike localizada no estádio Santa Cruz. O valor será reembolsado à acionista Trexx Holding Empreendimentos e Participações Ltda. através de receitas do estacionamento e do boulevard, quando incorrerem.
- (iii) Os valores referem-se às operações relacionadas ao departamento futebol incorridas no período de junho a dezembro de 2018. Sobre essas operações, há documento de comum acordo assinado entre a Companhia e o Botafogo Futebol Clube ("BFC") ratificando todas essas operações e confirmando que a Companhia em 2019 tinha o saldo de R\$ 477 mil a restituir ao Botafogo Futebol Clube ("BFC"). Em 2020 e 2019, o valor está sendo liquidado com obrigações do Botafogo Futebol Clube ("BFC") pagas pela Companhia. Vide nota explicativa nº 14.
- (iv) Refere-se à despesa sobre o direito de uso de solo do estádio Santa Cruz. Vide nota explicativa nº 7.

- (v) Refere-se ao repasse ao Botafogo Futebol Clube (“BFC”) dos valores arrecadados nos jogos referente a cadeira cativa e camarote.
- (vi) São despesas com juros incorridos sobre os mútuos financeiros definidos em contrato com a Trexx Sports Participações Ltda. em 2019. Em 2020, a Trexx decidiu não efetuar a cobrança desses juros.
- (vii) Os valores referem-se ao acordo de investimento entre a Companhia e a sua parte relacionada Trexx Holding Empreendimentos e Participações Ltda. para a construção da Arena Eurobike localizada no estádio Santa Cruz. O valor será cedido pelo acionista Trexx Holding Empreendimentos e Participações Ltda. e reconhecido como receita durante o período de 30 anos (vide nota explicativa nº 8).

Os resultados das operações da Companhia poderiam ser diferentes daqueles que seriam obtidos de transações efetuadas apenas com partes não relacionadas, devido às condições específicas estabelecidas pela Administração para as transações em comum.

13 Provisão para contingências

	<u>2020</u>
Trabalhista	525
Cível	24
	<u>549</u>

Provisão para fazer face as possíveis perdas em ações trabalhistas e cíveis constituídas com base na expectativa de perda provável dos assessores jurídicos da Companhia para as ações em questão.

A Companhia no desenvolvimento normal de suas operações está sujeita a certos riscos, representados por eventuais processos tributários, reclamações trabalhistas e cíveis. O valor provisionado nos exercícios é considerado suficiente pela administração e assessoria jurídica da Companhia para fazer face a eventuais perdas que possam advir no futuro.

14 Passivos contingentes

No desenvolvimento de suas operações a Companhia está sujeita a certos riscos, representados por ações tributárias, cíveis e processos trabalhistas. Portanto, a Companhia é réu em ações que são discutidas nas esferas administrativa e judicial. Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, a administração, com base nas opiniões dos seus assessores jurídicos que indicam como possíveis as chances de perdas nas questões, mas não prováveis, conforme abaixo, não procedeu ao registro de nenhuma estimativa de perdas (provisão para riscos e contingências) para as seguintes ações:

Autor	2020			2019		
	Cível	Trabalhista	Total	Cível	Trabalhista	Total
Pessoas físicas (i)	-	-	-	5.000	-	5.000
Coritiba Futebol Clube (ii)	1.938	-	1.938	1.938	-	1.938
Ato trabalhista (iii)	-	5.200	5.200	-	5.200	5.200
Outras ações	63	600	663	63	546	609
	2.001	5.800	7.801	7.001	5.746	12.747

- (i) Trata-se de ação declaratória de nulidade de negócio jurídico na qual os autores pretendem a nulidade do contrato de parceria firmado entre o Botafogo Futebol Clube, Botafogo Futebol S.A., Trexx Holding Empreendimentos e Participações Ltda. e Trexx Sports Participações Ltda., sob alegação de falta de observância da exigência da manifestação do corpo diretivo para cessão de direitos reais sobre a área do estádio. Em 31 de dezembro de 2020, os assessores jurídicos classificaram a ação como perda remota.
- (ii) A Companhia teve bloqueio de parcelas das cotas do Campeonato Brasileiro (Série B de 2020) em decorrência do inadimplemento e descumprimento de acordos judiciais do acionista BFC com o clube Coritiba Futebol Clube realizados antes da constituição da Companhia. Em 31 de dezembro de 2020, os valores dos bloqueios judiciais eram de R\$ 431 mil (R\$ 1.857 mil em 2019).
- (iii) Trata-se de reunião de demandas judiciais de natureza trabalhista, sob a denominação de “Ato Trabalhista”, visando parcelamento do passivo trabalhista de aproximadamente R\$ 5.200 mil devido pelo Botafogo Futebol Clube. Por decisão unilateral do juízo trabalhista da 3ª Vara do Trabalho de Ribeirão Preto – SP, o Bota Fogo S.A. foi incluído nessas demandas, as quais foram impugnadas pelos assessores jurídicos da Companhia.

Diante dos bloqueios judiciais e atos trabalhistas, a Companhia suspendeu o pagamento de R\$ 120 mil mensais para o BFC referente ao direito de uso de solo do estádio Santa Cruz. Essa suspensão ocorrerá até que as dívidas sejam regularizadas pela acionista BFC e até que haja os desbloqueios das contas da Companhia.

De acordo com as legislações vigentes, as operações da Companhia estão sujeitas a revisões pelas autoridades fiscais em períodos prescricionais dos diversos impostos, taxas e contribuições federais, estaduais e municipais (em geral cinco anos). Entretanto, a administração da Companhia é de opinião que todos os impostos têm sido pagos ou provisionados adequadamente e, em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, não era conhecida nenhuma contingência relevante relativa a tributos com perspectiva de perda provável.

15 Patrimônio Líquido

O capital social subscrito e integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 está representado por ações ordinárias nominativas, de mesma classe, sem valor nominal, e estão assim distribuídas:

Acionistas	%	Quantidade de ações	Capital social integralizado
Botafogo Futebol Clube	60	12.000.000	12.000
Trexx Sports Participações Ltda.	40	8.000.000	8.000
	100	20.000.000	20.000

16 Receita operacional líquida

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Receita operacional bruta		
Cotas de participação (i)	12.380	10.701
Patrocínios e publicidade (ii)	1.503	2.238
Sócio torcedor (iii)	1.205	2.206
Negociação de atletas	989	-
Arrecadação de jogos (iv)	534	1.302
Direito de transmissão de TV	297	30
	<u>16.908</u>	<u>16.477</u>
Deduções da receita bruta		
Impostos e contribuições	(1.651)	(1.529)
Repasse de arrecadação de jogos	(117)	(789)
	<u>(1.768)</u>	<u>(2.318)</u>
	<u>15.140</u>	<u>14.159</u>

- (i) As receitas com cotas de participação no Campeonato Paulista e no Campeonato Brasileiro são registradas de acordo com o regime de competência, pelos valores determinados pela Federação Paulista de Futebol e Confederação Brasileira de Futebol, respectivamente.
- (ii) As receitas com patrocínio são contabilizadas com base nos contratos celebrados com os respectivos patrocinadores, de acordo com a vigência estipulada para veiculação de sua marca junto à Companhia. Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, decorrente da pandemia as receitas sofreram uma redução no exercício de 2020.
- (iii) A receita com sócio torcedor é reconhecida no momento do recebimento financeiro de acordo com o plano na adesão dos sócios. A divulgação, negociação, venda e administração da carteira do programa sócio torcedor é de responsabilidade da empresa terceirizada contratada com essa finalidade. Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, decorrente da pandemia as receitas sofreram uma redução no exercício de 2020.
- (iv) A receita de arrecadação de jogos é registrada com base nos borderês dos jogos conforme a realização dos eventos. Parte dessa arrecadação, relacionada às cadeiras cativas e camarotes, é repassada ao acionista Botafogo Futebol Clube. Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, decorrente da pandemia as receitas sofreram uma redução no exercício de 2020.

17 Custos com atletas, comissão técnica e jogos

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
		(reapresentado)
Custo com atletas e comissão técnica		
Salários	(5.164)	(6.451)
Direito de imagem	(2.525)	(3.639)
Férias	(815)	(803)
INSS e FGTS	(903)	(1.045)
Prêmios e gratificações	(775)	(1.378)
13º salário	(552)	(580)
Alimentação	(411)	(1.016)
Amortização de direito de jogadores	(145)	(732)
Luvas contratuais	(199)	-
Outros custos	(902)	(893)
	<u>(12.391)</u>	<u>(16.537)</u>
Custo com jogos		
Cotas de participação	(1.390)	(1.217)
Serviços prestados	(957)	(777)
Aluguéis	(455)	-
Viagens	(289)	(53)
Taxas	(229)	(330)
Comissão	(213)	-
Viagens e estadias	(207)	-
Arbitragem	(170)	(223)
Outros custos	(403)	(268)
	<u>(4.313)</u>	<u>(2.868)</u>
	<u>(16.704)</u>	<u>(19.405)</u>

18 Pessoal e encargos sociais

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Salários	(554)	(1.120)
INSS e FGTS	(93)	(133)
Férias	(68)	(102)
13º salário	(44)	(64)
Alimentação	(36)	-
Outras despesas	(48)	(50)
	<u>(843)</u>	<u>(1.469)</u>

19 Gerais e administrativas

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
		(reapresentado)
Amortização do direito de uso	(724)	(616)
Aluguéis (i)	-	(685)
Contingências	(549)	-
Sócio torcedor	(298)	(755)
Energia elétrica	(236)	(287)
Serviços de terceiros	(220)	(927)
Manutenção	(210)	(322)
Bonificações e doações	(143)	(152)
Publicidade e propaganda	(77)	(176)
Perdas de recebíveis	(61)	-
Materiais de escritório, limpeza e de consumo	(59)	(115)
Informática	(44)	(91)
Bens de pequeno valor	(33)	(101)
Locação de máquinas e equipamentos	(15)	(59)
Refeitório, copa e cozinha	(14)	(102)
Fretes	(11)	(103)
Viagens e estadias	(5)	(737)
PIS e COFINS sobre despesas	647	705
Outras despesas	(92)	(502)
	<u>(2.144)</u>	<u>(5.025)</u>

(i) Em 2020, a despesa de aluguel foi reclassificada para o grupo de custo no resultado do exercício.

20 Outras receitas (despesas) operacionais

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Outras receitas		
Aluguéis	596	466
Recuperação de despesas	323	288
Cessão de uso de superfície	167	-
Bonificações	163	152
Premiações de campeonatos	120	150
Eventos	-	123
Outras receitas	151	58
	<u>1.520</u>	<u>1.237</u>
Outras despesas		
Eventos	(29)	(318)
Multas	-	(117)
Outras despesas	(111)	(131)
	<u>(140)</u>	<u>(566)</u>
	<u>1.380</u>	<u>671</u>

21 Resultado financeiro

Descrição	31/12/2020	31/12/2019 (reapresentado)
Receitas financeiras		
Descontos obtidos	92	-
	92	-
Despesas financeiras		
Juros sobre arrendamentos	(1.440)	(1.267)
Outras despesas financeiras	(62)	(121)
	(1.502)	(1.388)
	(1.410)	(1.388)

22 Instrumentos financeiros

a Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros cujos riscos são administrados por meio de estratégias de posições financeiras e sistemas de limites de exposição. As políticas de risco e os sistemas são revistos regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e restritas aos instrumentos a seguir relacionados:

	Classificação	31/12/2020	31/12/2019 (reapresentado)	01/01/2019 (reapresentado)
Ativo, conforme o balanço patrimonial				
Caixa e bancos	(i)	2	53	2
Aplicações financeiras	(ii)	123	173	196
Contas a receber	(i)	120	835	295
Adiantamento a fornecedores	(i)	7	6	189
Outros créditos	(i)	138	170	161
		390	1.237	843
Passivo, conforme o balanço patrimonial				
Fornecedores	(i)	507	210	331
Obrigações com arrendamento	(i)	23.010	21.003	18.471
Receitas a realizar	(i)	-	835	295
Aluguéis a pagar	(i)	1.303	479	-
Partes relacionadas	(i)	22.718	15.468	477
		47.538	37.995	19.574

Categorias:

- (i) Custo amortizado.
- (ii) Valor justo por meio do resultado.

b Mensuração do valor justo

O valor justo das aplicações financeiras é estimado com base nos rendimentos auferidos na data do balanço.

Os demais valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

c Gerenciamento de riscos financeiros

A Companhia possui exposição aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado (taxa de juros).

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos acima, os objetivos da Companhia, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e o gerenciamento de capital da Companhia.

(i) Estrutura do gerenciamento de risco

A administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia e os gestores de cada área se reportam regularmente à administração sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

(ii) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

Caixa e equivalentes de caixa

O risco de crédito proveniente do caixa e equivalentes de caixa é atenuado pelo fato de a Companhia manter seus saldos com bancos e instituições financeiras consideradas de primeira linha.

Contas a receber

O risco de crédito da Companhia é primariamente atribuível as suas contas a receber junto principalmente a patrocinadores e parceiros comerciais. Para minimizar esse risco, é realizada constantemente a análise de crédito dessas partes, bem como, invariavelmente, contratos são firmados entre as partes para formalização dessas operações. Para fazer face a possíveis perdas com créditos de liquidação duvidosa, quando aplicáveis, são constituídas provisões em montantes considerados suficientes pela Administração para a cobertura de eventuais perdas com a realização.

(iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia venha a encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo

possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A previsão do fluxo de caixa é realizada pela administração, que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais, além de manter espaço livre suficiente em suas linhas de crédito compromissadas disponíveis a qualquer momento, a fim de que a Companhia não quebre os limites ou as cláusulas dos empréstimos (quanto aplicáveis) em qualquer uma de suas linhas de crédito. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais.

Apesar de possuir linhas de créditos disponíveis, a Companhia opta em captar recursos com suas partes relacionadas cujo prazos e taxas são mais benéficas à Companhia quando comparada àquelas adquiridas de terceiros.

(iv) Risco de mercado (taxa de juros)

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados dentro de parâmetros aceitáveis e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Companhia monitora continuamente o risco do mercado e o considera adequado ao mercado.

23 Evento subsequente

Em 2021, a Companhia celebrou contratos de patrocínios com a empresa Sermed Saúde para fornecimento de convênio médico, com a empresa Skynet/Alcans Telecon para fornecimento de internet e com a empresa Guru Investidor referente a recebimento de recursos financeiros.

*** fim ***